



FAMÍLIA MOSAICO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS RELAÇÕES ENTRE OS IRMÃOS SOCIOAFETIVOS

MOSAIC FAMILY: A REFLECTION BASED ON THE RELATIONS BETWEEN SOCIO-AFFECTIVE SIBLINGS

Larissa Amanda Chupel¹
Adriane de Oliveira Ningeliski²

RESUMO

O surgimento da família mosaico é resultado de uma longa transformação histórica pela qual passou a família e influenciou o Direito Brasileiro. Tal núcleo, exsurge a partir da reconstituição de relações anteriores, a qual tem aumentado em decorrência do crescimento do número de divórcios, trazendo consigo uma configuração familiar pluralizada, que engloba, além do cônjuge ou companheiro(a), os filhos não comuns do novo casal. Com isso, novos dilemas surgem ao ordenamento jurídico no que diz respeito à socioafetividade e sua extensão aos membros do núcleo familiar, principalmente ante a possibilidade da configuração de vínculo socioafetivo além da figura do padrasto, madrasta ou enteados, mas também aos irmãos (filhos não comuns do cônjuge ou companheiro) a ponto de ensejar reflexos e implicações no Direito de Família. Nesse contexto, o presente artigo objetiva analisar a família mosaico e a extensão da socioafetividade entre os filhos não comuns dentro desse núcleo familiar, bem como seus efeitos e consequências no ordenamento jurídico, no âmbito das relações fraternas. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, partindo do pressuposto de que a convivência contínua pode acarretar vínculos socioafetivos entre os irmãos. Concluiu-se, a partir deste estudo, que já há decisões pacificadas dos Tribunais que reconhecem a socioafetividade entre os irmãos passíveis de gerar direitos e obrigações recíprocas.

Palavras-Chave: Direito de Família; Família Mosaico; Irmãos; Socioafetividade.

ABSTRACT

The emergence of the mosaic family is the result of a long historical transformation that the family went through and influenced Brazilian law. This nucleus emerges from the reconstitution of previous relationships, which has increased as a result of the growth

¹Graduação em Direito, Universidade do Contestado - UNC. Maraf. Santa Catarina. Brasil. E-mail: larissa.chupel@aluno.unc.br

²Doutora e Mestre em Direito, Centro Universitário Autônomo do Brasil, Pesquisadora da Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4864-3326>. E-mail: adriane@unc.br

in the number of divorces, bringing with it a pluralized family configuration, which includes, in addition to the spouse or partner, the non-common children of the new couple. With this, new dilemmas arise in the legal system with regard to socio-affectivity and its extension to the members of the family nucleus, mainly in view of the possibility of the configuration of a socio-affective bond beyond the figure of the stepfather, stepmother or stepchildren, but also to siblings (children not spouse or partner) to the point of giving rise to reflections and implications in Family Law. In this context, this article aims to analyze the mosaic family and the extent of socio-affectivity among non-common children within this family nucleus, as well as its effects and consequences in the legal system, within the scope of fraternal relationships. For this purpose, the deductive method of approach was used, based on the assumption that continuous coexistence can lead to socio-affective bonds between the siblings. It was concluded, from this study, that there are already pacified decisions of the Courts that recognize the socio-affectivity between the brothers that are liable to generate reciprocal rights and obligations.

Key words: Family right; Mosaic Family; Brothers; Socioaffectivity.

Artigo recebido em: 21/07/2023

Artigo aceito em: 11/10/2023

Artigo publicado em: 11/11/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/acaddir.v6.4919>

1 INTRODUÇÃO

A família passou por diversas transformações ao longo do tempo em decorrência de influências sociais, culturais, políticas e religiosas, que corroborou para o avanço das normas jurídicas nessa área, não admitindo mais um conceito fechado ou um regramento forçado a seu respeito.

O instituto familiar ultrapassou o modelo patriarcal no qual a esposa e os filhos eram submetidos às ordens do marido, que foi gradativamente sendo deixado de lado com a introdução de princípios e valores trazidos pela Constituição Federal de 1988.

Houve, portanto, uma quebra de paradigmas, sendo reconhecida pela Carta Magna ao lado da família tradicional, outras estruturas familiares, entre as quais a família mosaico, baseada, principalmente no afeto e amor, nascida da recombinação familiar de uma ruptura anterior, que pode abranger ou não filhos de relações pretéritas, assim como os concebidos na nova união, proporcionando a criação de novos vínculos familiares por meio do fenômeno da socioafetividade.

Dessa forma, a presente pesquisa ao analisar a família mosaico perquire se é possível a extensão e o reconhecimento da socioafetividade entre os filhos não comuns dentro desse núcleo familiar, com reflexos e consequências no ordenamento jurídico, no âmbito das relações fraternas.

Este é um assunto relativamente novo no Direito de Família, não havendo ainda, normas que regulamentem tal situação, porém, os Tribunais já vêm pacificando o assunto. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, partindo do pressuposto de que a convivência contínua pode acarretar na configuração do parentesco socioafetivo, tendo o artigo em tela o escopo de analisar a possibilidade do seu reconhecimento e os efeitos dessa relação, por meio da pesquisa exploratória, doutrinária, científica e jurisprudencial.

Com esse propósito, inicialmente na primeira seção é apresentada a transformação histórica da família até a promulgação da Constituição Federal de 1988 que garantiu liberdade ante as instituições familiares, com o consequente surgimento da família mosaico, sua conceituação e peculiaridades.

Na segunda seção, apresenta-se o fenômeno da socioafetividade e sua aplicação no Direito de Família, em especial à família reconstituída, abordando aspectos históricos e conceituais, abrangendo, também as formas de parentesco e questões relacionadas à filiação consanguínea e socioafetiva.

Por fim, na terceira seção é abordada a relação parental entre os irmãos e seu enquadramento no Direito, retratando as relações de afeto originadas nas famílias mosaico aplicadas especificamente à extensão da socioafetividade aos filhos não comuns do casal e a possibilidade do reconhecimento do parentesco socioafetivo aos irmãos, com os consequentes efeitos jurídicos pessoais e patrimoniais dele decorrentes.

2 A FAMÍLIA MOSAICO: UMA NOVA FORMA DE SER FAMÍLIA

A família é a base da sociedade, responsável pelas mais remotas organizações sociais, a qual sofreu gradativas transformações ao longo dos séculos em decorrência das modificações sociais, alterando sua extensão diante de questões econômicas, políticas e religiosas.

Destaca-se que a família deixou de ser um núcleo fechado, constituída somente através do casamento, principalmente com o advento da Constituição Federal de 1988, que concedeu liberdade à estruturação familiar, propiciando que novas formações familiares sejam reconhecidas a partir da extinção de relações anteriores, possibilitando atualmente um mosaico de diversidades que merecem proteção jurídica.

2.1 A FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO: BREVES NOTAS

A história da família é muito antiga, seu nascimento remete à fase primitiva em que não havia noção do que era uma organização ou padrão familiar, assim “era o instinto que comandava os relacionamentos, aproximando-se o homem e a mulher para o acasalamento, à semelhança das espécies irracionais. Há quem fale em uma promiscuidade primitiva, quando não ocorriam as uniões reservadas” (RIZZARDO, 2018, p. 9).

Ultrapassada a fase primitiva, outras acepções de família são caracterizadas nas mais diversas civilizações antigas, integrando em seu contexto regras que definiam o direito de família daquelas épocas, sendo importante destacar os moldes da família romana, canônica e germânica (GONÇALVES, 2023, p. 14).

Em Roma, predominava a figura do *pater* que detinha poder total sobre os membros da família, a mulher era subordinada à autoridade marital, não possuía autonomia e os filhos eram submissos, sendo que o direito de vida e morte dependia da autorização paterna. Ainda, o *pater* era simultaneamente um líder político, dirigia culto dos deuses domésticos e distribuía justiça (PEREIRA, 2022, p.31).

O rigoroso sistema do *pater* foi superado na sociedade romana a partir do reconhecimento do casamento e da concepção de família cristã, concedendo autonomia à mulher e aos filhos, sendo que a falta de afeto entre os companheiros poderia ser causa de dissolução do casamento. (GONÇALVES, 2023, p. 14)

Em contrapartida, os canonistas eram contra o divórcio, pois consideravam o casamento um sacramento. Assim, “durante a Idade Média, as relações de família passaram a ser regidas exclusivamente pelo direito canônico, visto que, do século X ao século XV, o casamento religioso é o único conhecido” (WALD; FONSECA, 2015, p. 17).

Evidencia-se, portanto, que a validade das uniões possuía cunho religioso, sendo responsabilidade do Estado e da Igreja a celebração das uniões, a fim de evitar nulidades ou casamentos pagãos. Cumpre destacar, que esse sistema vigorou até o século XIX, quando uma concepção individualista foi introduzida na Europa e novas formações familiares começaram a surgir (MALUF; MALUF, 2021, p. 36).

No que tange à família brasileira, esta acompanhou as transformações sociais, assim, princípios morais e religiosos foram aplicados de forma incontestada em seu histórico, ao passo que a sociedade e a legislação foram se modificando. Importante mencionar, que no Brasil, a família recebeu influências da cultura romana, canônica e germânica (GONÇALVES, 2023, p. 15).

Durante o período Colonial, a família foi controlada pela igreja católica, assim desde o descobrimento do Brasil, a Coroa Portuguesa instituiu seu próprio regramento “[...] mediante as Ordenações do Reino (conhecidas como Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, por derivação dos nomes dos reis que as instituíram), que por sua vez remetiam ao direito canônico da Igreja Católica, em matéria de família” (LÔBO, 2023, p.20).

Posteriormente, enquanto estava vigente o período imperial no Brasil, não havia separação entre Igreja e Estado, apenas casamentos religiosos eram celebrados. Como a religião católica era a religião oficial, a lei originalmente permitia apenas casamentos católicos (GONÇALVES, 2023, p. 55).

Mesmo com a Proclamação da República em 1889 e a instituição da validade do casamento civil, a fonte primordial da formação familiar por muitos anos foi o casamento com dogmas religiosos, predominante o modelo patriarcal, focado na reprodução como fonte econômica e de manutenção patrimonial (LÔBO, 2023, p. 20).

O Código Civil de 1916 entendia o casamento e a família como instituições que deveriam ser mantidas a todo custo, uma vez que o fim de uma relação matrimonial representaria uma ofensa aos dogmas da Igreja bem como uma afronta aos anseios familiares. Estes, por sua vez, eram superiores aos objetivos de qualquer membro de uma entidade familiar, pois esta era sempre compreendida como uma instituição dotada de interesses próprios e exteriores [...] (XAVIER, 2016, p. 48).

Isso só se alterou com a introdução de princípios e valores na Constituição Federal de 1988, a qual reconheceu outros tipos de formações familiares, estabeleceu igualdade entre os cônjuges, vedação de discriminação entre os filhos derivados ou

não do casamento, primando também pela dignidade da pessoa humana e realização pessoal como fonte basilar das famílias.

Inclusive o Código Civil de 2002 contribuiu com as diversas e profundas modificações já trazidas pela Carta Magna, regulamentando “[...] questões referentes ao direito pessoal e ao direito patrimonial da família, em seus inúmeros desdobramentos” (MALUF; MALUF, 2021, p.30).

Pode-se dizer que a família passou por um longo período de transformações e quebra de paradigmas, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual proporcionou ampliação da estrutura familiar e conferiu aos seus membros igualdade, dignidade e realização humana, sobretudo às mulheres e aos filhos, com o reconhecimento de direitos e a vedação da discriminação.

O artigo 226 da Constituição Federal atribui a importância da família como fundamento da sociedade, gozando de especial proteção do Estado. Está assim descrito:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.
§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 1988).

Cabe destacar, que a Constituição Federal traz de forma expressa três categorias de família, as quais são: a matrimonial, a constituída através da união estável e a monoparental, entretanto, trata-se de um rol exemplificativo, tendo em vista a diversidade de grupos familiares constituídos através da afetividade (COSTA; 2017, p. 64).

Além do mais, atualmente “[...] a família predominante é a nuclear, isto é, a constituída dos pais e seus filhos. O Direito a ela se volta como referência primacial. Porém, a sociedade brasileira apresenta grande variedade de grupos familiares, que também merecem a tutela legal” (LÔBO, 2023, p. 23).

Dentro deste quadro de acepções, eis o conceito de família que mais se adapta aos novos tempos e recentes regramentos e pronunciamentos jurídicos: o conjunto de pessoas com o mesmo domicílio ou residência, e identidade de interesses materiais, morais e afetivos, em união pública e

duradoura, integrado pelos pais casados ou em união estável, ou por um deles e pelos descendentes legítimos, naturais ou adotados, ou por duas pessoas ainda que do mesmo sexo (RIZZARDO, 2018, p. 12).

Portanto, a família se tornou um núcleo de afeto e realização pessoal, independentemente de sua formação estrutural, a qual é reconhecida pela diversidade de seus membros, onde predomina o amor obedecendo “[...] aos ditames pessoais, às liberdades individuais, com frontal valorização dos direitos da personalidade e dos direitos humanos” (MALUF; MALUF, 2021, p. 39).

Nesta toada, diante da liberdade constitucional quanto às formações familiares, surge um tipo de família que tem aumentado gradativamente na atualidade, contribuindo com a pluralidade familiar e a diversidade estrutural, qual seja, a família mosaico decorrente dos processos de divórcios e separações, que tem como objetivo principal a reconstituição familiar a partir de relacionamentos anteriores, merecendo portanto, reconhecimento e proteção judicial.

2.2 A FAMÍLIA MOSAICO

A família mosaico, também denominada como família recomposta, reconstituída, reconfigurada, agrupada, tem aumentando progressivamente na sociedade. Diante desse quadro, surge a necessidade de intitular os novos vínculos perante sua importância social e, para tanto se alude a expressões como segundas famílias, segundas núpcias, segundos casamentos, recasamentos, mais propícios à linguagem jurídica (GRISARD FILHO, 2010, p. 88).

Com a instituição da Lei do Divórcio e a possibilidade da dissolução da união estável, a família tradicional foi sendo deixada de lado, advindo a partir disso, a consequente constituição de novos núcleos familiares decorrentes de relações reconstituídas, baseadas na afetividade. Nesse contexto, exsurge a família mosaico nascida “de um novo relacionamento (casamento ou outra união), onde um dos cônjuges ou companheiro (ou ambos) compõe a família com filhos de relações anteriores” (PEREIRA, 2022, p. 37).

De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística - IBGE, no ano de 2020, registraram-se 215 divórcios a cada 100 mil habitantes, sendo que aproximadamente

49,8% das relações extintas possuíam menos de 10 (dez) anos de existência (IBGE, 2022).

Nesse diapasão, percebe-se que tanto as relações prematuras como as duradouras podem vir a se desfazer, assim, novas conformações vêm a surgir, principalmente em virtude de separações, o que contribui para uma realidade familiar pluralizada, na qual estão presentes diversas estruturas familiares.

Ante sua diversidade de denominações, Alexandre Etchechurry Ferreira (2014, posição 200) traça a conceituação da família mosaico:

A palavra 'mosaico' tem origem em objeto ou desenho feito de fragmentos. Família mosaica compreende a fusão de duas ou mais famílias oriundas de divórcio ou viuvez. Podem ou não existirem filhos de casamentos anteriores. Nessa nova formação social podem coexistir irmãos, meio-irmãos e não-irmãos. Além disso, independente da convivência, a lei considera os enteados, parentes, em linha reta, descendente de primeiro grau, o filho cônjuge de outras uniões (CC, art. 1.595, § 1.º).

Importante frisar, que a família mosaico não alude apenas à reconstituição, mas se estende ao estabelecimento de um novo núcleo familiar, no qual circulam filhos de uma relação dissolvida. Há, portanto, a fusão de duas ou mais famílias com características e modos de interação diferentes, que ficam à margem da aceitação de seus membros e experimentam dificuldades, uma vez que implica passar de um modelo para outro com novas pautas vigentes (GRISARD FILHO, 2010, p. 85).

Sobre as características desse modelo e seus vínculos, dissertam Carlos Alberto Dabus Maluf e Adriana Maluf (2021, p. 42):

Tem como características principais ser portadora de múltiplos vínculos, ambiguidade de compromissos e interdependência. Entendemos, entretanto, que o vínculo que permanece entre os pais e os filhos nas famílias mosaico é de monoparentalidade, mesmo porque permanecem inalteradas as relações parentais – que englobam direitos e deveres – dos pais com os filhos.

Desse modo, novas relações são criadas, estendendo os vínculos de afeto aos membros a partir da reconstituição familiar, a qual traz consigo problemas e dificuldades a serem enfrentadas por essa nova entidade familiar, principalmente no que se refere aos filhos não comuns do casal e os genitores advindos de um antigo relacionamento.

Acerca do tema, explica Sílvia de Salvo Venosa (2022, p. 50):

Tal faz com que filhos de mais de uma união passem a conviver, com problemas complexos a serem resolvidos. Nem sempre a convivência de duas proles será eficaz e tranquila. As figuras de padrastos e madrastas, enteados e enteadas são algo que sempre está a aguçar psicólogos, assistentes sociais, juristas e tribunais. Nem sempre o ordenamento terá a melhor resposta, dependendo sempre do cuidadoso exame do caso que se apresenta.

Além das figuras do padrasto, da madrasta e de toda problemática de adaptação, surgem, também vínculos entre irmãos, sejam eles advindos de uniões anteriores ou constituídos já na família recomposta, que pode vir a desenvolver um parentesco socioafetivo.

Maria Rita Kehl (2013) adota a expressão família tentacular para denominar a família mosaico e disserta acerca das relações que podem vir a surgir entre os irmãos, os quais nessa confusa árvore genealógica, diante da figura de irmãos não consanguíneos que convivem com padrastos e madrastas, advindos, muitas vezes, de um segundo ou terceiro relacionamento, acabam por acumular vínculos profundos com os novos integrantes, que não fazem parte do núcleo original de suas vidas.

3 A SOCIOAFETIVIDADE NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO

Atualmente as relações familiares vão além dos vínculos consanguíneos, sendo envoltas por laços de afeto, o qual se tornou um requisito essencial para as constituições familiares, principalmente no que diz respeito à família mosaico. Com a aceitação do divórcio, ninguém é obrigado a manter uma união contra sua vontade, assim surgem novas relações familiares a partir de rupturas anteriores nas quais novos vínculos são criados através do afeto.

Dessa forma, a socioafetividade é um fenômeno relativamente novo no Direito de Família, sendo o termo utilizado para definir o fato social e a ligação de afeto pela qual novos vínculos são estabelecidos sem envolver ligação sanguínea, abrangendo todas as relações de parentalidade que surgem através da afetividade, como a paternidade, maternidade e até a irmandade que deriva do convívio e laços de amor (LÔBO, 2023, p. 13).

Nas antigas concepções históricas de família, a afetividade não era um componente adotado para sua constituição, nem mesmo, muitas vezes, o vínculo consanguíneo, pois elos familiares envolviam escravos e servidores do lar submissos à autoridade paterna. O laço dominante era o religioso, que estabelecia regramentos e acabava por vincular pessoas e outras gerações em torno de uma mesma família (CALDERÓN, 2017, p. 22)

Por conseguinte, não havia preocupação com a realização pessoal e a “[...] felicidade das pessoas que formavam seu principal núcleo, pois eram os interesses de ordem econômica que gravitavam em torno daquelas instâncias familiares, construídas com suporte na aquisição de patrimônio” (MADALENO, 2021, p. 25).

A partir de meados do século XX, a família passou a vivenciar profundas modificações advindas da urbanização, introdução da mulher no mercado de trabalho e acolhimento do divórcio, o que fez surgir a necessidade do reconhecimento de vínculos afetivos na família, uma vez que os elos matrimoniais, biológicos e registrais não alcançaram os novos laços que vieram a surgir, passando a um debate jurídico como forma de valorar a afetividade (CARVALHO, 2020, p. 104).

Assim, os princípios afetivos se concretizaram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe a valorização dos vínculos de afeto e a família como um núcleo de felicidade, sendo construída de forma pluralizada com mais intensidade no século atual, podendo a partir disso “[...] experimentar a liberdade de viajar fora dos “trilhos” rígidos de outrora, abrindo-se a novas e inúmeras possibilidades de realização afetiva” (ROSA, 2013, p. 17)

Portanto, a afetividade foi disseminada em todas as relações, até mesmo nas matrimoniais, que resultou do desdobramento jurídico para regulamentar essa nova questão, surgida juntamente com o reconhecimento das diversas estruturas familiares presentes na atualidade, integradas pelo fenômeno socioafetivo.

Dessa forma, as relações familiares passaram por um fenômeno jurídico-social denominado de repersonalização dos direitos civis, em decorrência da conversão das funções anteriores que eram dadas à família em um espaço de realização existencial e de afetividade, que demonstra valoração do interesse e dignidade da pessoa humana (LÔBO, 2023, p. 11).

Assim, atualmente as famílias são unidas por vínculos afetivos que decorrem “[...] tanto no parentesco biológico, nas uniões, como nas pessoas que não possuem

vínculo consanguíneo, conferindo valor jurídico ao afeto para reconhecer os vínculos socioafetivos” (CARVALHO, 2020, p. 583).

A afetividade é um princípio constitucional da categoria dos princípios não expressos. Ele está implícito e contido nas normas constitucionais, pois aí estão seus fundamentos essenciais e basilares: o princípio da dignidade humana (Art. 1º, III), da solidariedade (Art. 3º, I), da igualdade entre os filhos, independentemente de sua origem (Art. 227, § 6º), a adoção como escolha afetiva (Art. 227, §§ 5º e 6º), a proteção à família monoparental, tanto fundada nos laços de sangue quanto por adoção (Art. 226, § 4º), a união estável (Art. 226, § 3º), a convivência familiar assegurada à criança e ao adolescente, independentemente da origem biológica (Art. 227) (PEREIRA, 2021, p. 99).

Nesse contexto, a afetividade representa o elemento propulsor das relações de vida, especialmente no que se refere à família uma vez que sua formação é moldada pela relação socioafetiva que une os integrantes através de um elo de afeto, sem adentrar na individualidade de cada membro (GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2022, p. 35).

Além disso, com o reconhecimento gradativo dos vínculos de afeto, outras relações foram surgindo através da afetividade, a qual passou a vigorar em diversas formações familiares, inclusive nas famílias mosaicas, abrangendo todos os membros que passam a integrar a relação familiar, surgindo a socioafetividade como elemento aglutinador das famílias.

Com efeito, a socioafetividade compreende os vínculos de parentesco criados através do afeto, sustentados pela convivência, cuidado diário, manifestações de amor e acolhimento, que pode estar ligado ao sentimento paterno-filial, materno-filial ou outras formas de parentesco que vão além da questão biológica, sendo constituído por meio da afetividade (CARVALHO, 2020, p. 589).

O termo socioafetividade conquistou as mentes dos juristas brasileiros, justamente porque propicia enlaçar o fenômeno social com o fenômeno normativo. De um lado há o fato social e de outro o fato jurídico, no qual o primeiro se converteu após a incidência da norma jurídica. A norma é o princípio jurídico da afetividade. As relações familiares e de parentesco são socioafetivas, porque congrega o fato social (socio) e a incidência do princípio normativo (afetividade) (LÔBO, 2023, p. 13).

Refere-se que a expressão é relativamente nova e não abrange todos os desafios enfrentados pelo Direito de Família, o qual se encontra em constante

evolução, necessitando da contribuição doutrinária e jurisprudencial nesse aspecto, a fim de regulamentar o surgimento de direitos e deveres.

Nesse contexto, no que tange ao parentesco, a socioafetividade aparece com força, principalmente no que diz respeito às relações materno/paterno-filiais, uma vez que atualmente não há qualquer hierarquia entre a filiação biológica e socioafetiva.

Acrescente-se que o parentesco é a relação que se estabelece entre os membros de um grupo familiar através da lei ou decisão judicial, por meio do qual é possível identificar as pessoas pertencentes a um mesmo grupo social, onde se originam direitos e obrigações. Dentre as relações de parentalidade, destaca-se a dos pais em face de seus filhos e vice-versa (LÔBO, 2023, p.98).

A noção de parentesco acompanhou a transformação da família ao longo dos anos. Desde as remotas concepções familiares até a família clássica ou tradicional, como era retratada pelo Código Civil de 1916, que se baseava na legitimidade, constituída exclusivamente através do casamento, compreendendo os cônjuges e seus filhos decorrentes somente de vínculo consanguíneo, ou seja, derivados de um ascendente comum (CALDERÓN, 2017, p. 158-159).

Sendo assim, é possível verificar que no passado havia exclusão e diferença entre os filhos nascidos ou não do casamento:

[...] Filhos e famílias fora do casamento eram excluídos da proteção do Estado e recebiam o selo da ilegitimidade. Filhos e famílias fora do casamento sempre existiram, desde o Brasil colônia, mas não se podia reconhecê-los, tinham que ser ignorados pelo aparato jurídico. Tudo isto em nome da moral e bons costumes. Portanto, a moral sexual e religiosa sempre foi, e continua sendo, um dos fios condutores da regulamentação dessas relações jurídicas (PEREIRA, 2021, p. 4).

O casamento era o requisito basilar da constituição familiar, assim, os filhos que não provinham do matrimônio devidamente sacramentalizado sofriam severas discriminações e desprezo, sendo inclusive divididos e identificados por meio de categorias que os delimitavam (PAULO, 2009, p. 29).

A legislação foi alvo de alterações a partir de meados do século XX, culminando na promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual foram introduzidos direitos familiares aos filhos provindos de relações extraconjugais, vedando, também qualquer discriminação em relação à filiação. Dessa forma, as conotações utilizadas pelo Código Civil de 1916 como filiação legítima, ilegítima e adoção passaram a ser

compreendidas somente como um fenômeno histórico sem essência jurídica (VENOSA, 2022, p. 210).

Portanto, não se admite mais qualquer expressão que venha discriminar ou estabeleça tratamento diferenciado aos membros da família, independente de vínculo conjugal, tendo como pressuposto a igualdade entre os filhos de acordo com o artigo 227, §6º da Carta Magna (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2022, p. 222).

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...]

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (BRASIL, 1988).

No mesmo sentido, com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, o parágrafo 6º, do artigo 227, da Constituição Federal, foi reproduzido no artigo 1.596³ da Lei Civil, no capítulo II, intitulado como “Da Filiação”, de forma a reafirmar o disposto na Lei Constitucional e frisar sua importância.

Por conseguinte, infere-se que o artigo 1593, do Código Civil, retrata dois tipos de parentesco, quais sejam o natural e o civil. O natural é decorrente de vínculo biológico, já o civil abrange a expressão “outra origem” que engloba o parentesco proveniente da socioafetividade, além da afinidade (LÔBO, 2023, p. 98).

Denota-se que a proteção trazida à pluralidade familiar pela Carta Magna foi estendida ao Código Civil, o que acarretou, atualmente, na busca pelo reconhecimento do parentesco civil, externado através de laços afetivos, seja dos pais em face de seus filhos ou em relação à outra forma de parentesco.

A parentalidade socioafetiva envolve os aspectos e os vínculos afetivos e sociais entre os parentes não biológicos.[...] A parentalidade socioafetiva não se limita, entretanto, à posse do estado de filho, sendo esta apenas uma das suas espécies, configurando-se também na adoção, na reprodução medicamente assistida heteróloga e até mesmo na adoção à brasileira, quando uma pessoa, impulsionada pelo afeto, registra e cria filho biológico de outrem como seu, incluindo, todos, no parentesco de outra origem que não a biológica (art. 1.593 do CC) (CARVALHO, 2020, p. 589).

³ Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Nesse ponto, torna-se imprescindível retratar que mesmo que o parentesco socioafetivo não se limite à posse do estado de filho, desde que comprovada sua existência, torna-se uma boa prova para filiação ante o princípio da aparência, afetividade e boa-fé das partes, as quais são detalhadamente analisadas pelo Juízo quando se tratar de crianças (MALUF; MALUF, 2021, p. 525).

Sobre o reconhecimento da parentalidade socioafetiva disserta Paulo Luiz Neto Lôbo (2023, p. 13):

A parentalidade socioafetiva consolidou-se na legislação, na doutrina e na jurisprudência brasileiras orientada pelos seguintes eixos:

1. Reconhecimento jurídico da filiação de origem não biológica (socioafetiva).
2. Igualdade de direitos dos filhos biológicos e socioafetivos.
3. Não prevalência a priori ou abstrata de uma filiação sobre outra, dependendo da situação concreta.
4. Impossibilidade de impugnação da parentalidade socioafetiva em razão de posterior conhecimento de vínculo biológico.
5. O conhecimento da origem biológica é direito da personalidade sem efeitos necessários de parentesco.

Em contrapartida ao reconhecimento da socioafetividade, como supramencionado, pode posteriormente vir a ser reconhecido, também o vínculo biológico, o que acaba por gerar direitos e obrigações recíprocas como alimentos e sucessão, podendo inclusive constar a dupla paternidade ou maternidade no registro civil amparado pela criação do Tema 622 (RIZZARDO, 2018, p. 388).

Insta salientar, que o Tema 622, advindo do RE 898060 é de repercussão geral, sendo aprovado pela maioria no Supremo Tribunal Federal, o qual efetivou a afetividade quanto à filiação dispondo que “a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal, 2016).

O que se pode extrair da temática é que a filiação socioafetiva foi igualada à filiação biológica, sem qualquer hierarquia, o que coloca as relações socioafetivas em posição de respeito e reconhecimento pelo ordenamento jurídico, como uma forma legal de parentalidade.

Ainda, a questão da socioafetividade ligada à filiação adquiriu mais repercussão a partir de 17 de novembro de 2017, com a elaboração do Provimento 63, pela Corregedoria Nacional de Justiça, que veio regulamentar a possibilidade do

reconhecimento voluntário da maternidade ou paternidade por meio do afeto diretamente no registro civil (PEREIRA, 2022, p. 445).

Verifica-se, portanto, que as questões afetivas passaram por uma longa transformação histórica e legislativa, a qual procurou meios para formalizar o reconhecimento das relações baseadas no afeto, até chegar ao que se conhece hoje por socioafetividade, não admitindo qualquer tipo de discriminação quanto aos tipos de filiação e parentesco, sendo, portanto, igualadas aos vínculos biológicos.

Evidentemente, tem-se que a socioafetividade veio para ficar no ordenamento jurídico brasileiro, com regulação e reconhecimento consolidado na jurisprudência, uma vez que não se pode negar uma realidade a novas formas de conformações familiares.

4 A FAMÍLIA MOSAICO E OS REFLEXOS NAS RELAÇÕES FRATERNAS: UM OLHAR A PARTIR DA SOCIOAFETIVIDADE

Com o passar dos séculos, a família foi progressivamente se deslegitimando do modelo unitário constituído pelo casamento, assim, infere-se que a família é uma realidade sociológica plural e não admite, atualmente, conceitos fechados, tendo em vista que é baseada no afeto, tutelada à proteção de realização pessoal, estendida a seus integrantes, por meio da solidariedade ante a convivência familiar (FACHIN, 2012, p. 3).

[...] No sentido acolhido pela doutrina nacional, existe família quando entre determinados sujeitos há um vínculo de parentesco (consanguíneo, afim ou adotivo), prevalecendo o critério que estabelece uma correspondente identificação entre família e parentesco - cujo conceito, tampouco, manteve-se inalterado ao longo dos tempos -, sem discriminar o alcance de um e de outro conceito, quando circunscreve a família à sua significação ampla (GRISARD FILHO, 2010, p. 35).

Assim, comumente a família e as pessoas que nela ingressam são unidas pela união estável, vínculo de matrimônio, parentesco consanguíneo, outra origem ou afinidade. Dessa forma, o parentesco em sentido estrito abrange o vínculo consanguíneo, do qual de um mesmo tronco em comum, as pessoas descendem uma das outras, já em sentido amplo, inclui o parentesco decorrente da afinidade, adoção

ou outra origem, englobando técnicas de reprodução medicamente assistida e a socioafetividade (GONÇALVES, 2023, p. 120).

Sobre o tema, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2022, p. 234) dissertam:

Horizontalmente, parentes consanguíneos em linha colateral são aqueles que, sem descenderem uns dos outros, derivam de um mesmo tronco comum, como irmãos (colaterais de segundo grau) ou tios/sobrinhos (colaterais de terceiro grau).

O parentesco civil, por sua vez, por inserir a pessoa no contexto familiar como se descendência genética houvesse, amolda-se a essa perspectiva de análise (ex.: o meu irmão é parente colateral de segundo grau, não importando se foi adotado ou não).

Desse modo, os irmãos são parentes colaterais ou transversais de segundo grau, uma vez que não descendem uns dos outros, podendo inclusive para além da consanguinidade, serem considerados pela adoção ou vínculo afetivo, havendo atualmente a possibilidade de acordo com a doutrina e jurisprudência de ser reconhecido juridicamente o parentesco civil entre eles (RIZZARDO, 2018. p. 337).

Nesse contexto, exsurge uma questão extremamente relevante no que diz respeito às relações de parentesco colateral, mais especificamente, em segundo grau (irmãos), que são as que advêm das conformações familiares reconstituídas, que além da parentalidade socioafetiva entre o casal e filhos não comuns, pode aparecer entre os filhos do novo casal.

Nesta ordem, não há parentesco algum entre os filhos próprios de cada um dos adultos do novo casal. Entretanto, estes são comumente chamados de irmãos, simbolizando a existência de um laço afetivo entre eles, na medida em que vivem no mesmo lar e integram um mesmo grupo (novo) familiar. Para eles, não existe na literatura uma denominação própria. Porém, na linha adotada por este trabalho, passam a se chamar irmãos afins, porque seus genitores se acham unidos aos filhos do outro (pai ou mãe afim), pelo vínculo da afinidade (GRISARD FILHO, 2010, p. 28).

Ou seja, diante da pluralidade familiar amplamente aceita pela Constituição Federal, a família mosaico, abordada neste trabalho acaba, muitas vezes, proporcionando a criação de novos vínculos afetivos e de parentesco, uma vez que na formação desse novo núcleo, os cônjuges, muitas vezes trazem consigo filhos de relações anteriores, os quais podem vir a desenvolver uma relação de afeto entre si (PEREIRA, 2021, p. 32).

Nesse ponto, ressalta-se que a socioafetividade não se configura apenas nas relações paternas ou maternas filiais, mas também na relação entre irmãos, associada a critérios de presunção ou biológicos para determinação do parentesco, devendo considerar, também a externalização ao meio social e familiar refletida na convivência centrada na solidariedade entre os membros que integram a relação (FACHIN, 2012, p. 4).

Corroborando com esse entendimento, pode-se afirmar que:

Os filhos nascidos nas famílias reconstituídas são irmãos unilaterais dos filhos nascidos de uniões anteriores. Se nascem do mesmo pai, porém de mães diferentes, são chamados consanguíneos. Se nascem da mesma mãe, mas de pai diversos, são chamados uterinos. Entre si, são chamados meio-irmãos. Não obstante o princípio constitucional da isonomia entre todos os filhos, proibindo quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação, estas denominações são lembradas pela frequência de sua utilização (GRISARD FILHO, 2010, p. 18).

Ademais, essa relação estabelecida entre os filhos não comuns pode se revelar através da posse de estado configurada ante a expressão da solidariedade afetiva entre os membros e a forma que se externaliza perante a sociedade. Em suma, a constância da convivência embasada em laços afetivos pode configurar um vínculo de fraternidade capaz de ser considerado parentesco e, inclusive ser reconhecido juridicamente, produzindo efeitos pessoais e patrimoniais como se irmãos consanguíneos fossem (FACHIN, 2012, p. 11-12).

Ressalta-se que a extensão dessa parentalidade proporciona uma alteração na árvore genealógica que engloba, além dos colaterais, novos ascendentes, abrangendo, além do irmão socioafetivo, a constituição de outras figuras parentais unidas por laços de afeto em uma relação de igualdade que acaba por estabelecer consequências recíprocas as do vínculo biológico (CASSETARI, 2015, p. 113-114).

Desse modo, como já citado, o parentesco se constitui, além dos laços sanguíneos ou de afeto, mas também mediante a aparência externada ao meio social, assim, os irmãos que demonstram uma relação notória e permanente, mesmo não havendo ligação biológica, de fato o são, principalmente quando se reconhecem assim desde a tenra idade. Pode-se lhes dizer que são qualificados por um parentesco parabiológico de natureza socioafetiva apto a produzir efeitos jurídicos (FACHIN, 2012, p. 12-13).

De acordo com Flávio Tartuce (2022, n.p), uma vez reconhecido o vínculo socioafetivo entre os irmãos, há a possibilidade do reconhecimento de direitos civis, desde a sucessão, obrigação alimentar e até impedimentos matrimoniais. No que se refere ao direito sucessório, entende o autor, ser possível a existência de uma sucessão legítima, tendo em vista ser considerado o parentesco colateral de segundo grau, nos termos dos artigos 1.839, 1840 e 1.841 do Código Civil.

Art. 1.839. Se não houver cônjuge sobrevivente, nas condições estabelecidas no art. 1.830, serão chamados a suceder os colaterais até o quarto grau.
Art. 1.840. Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação concedido aos filhos de irmãos.
Art. 1.841. Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar (BRASIL, 2002).

Assim, levando em consideração que não há diferença entre os tipos de filiação, sendo vedada a discriminação, esse direito deve ser estendido aos irmãos de forma “[...] que serão aplicadas todas as regras sucessórias na parentalidade socioafetiva, devendo os parentes socioafetivos serem equiparados aos biológicos no que concerne a tal direito” (CASSETTARI, 2015, p. 128).

No que se refere aos alimentos, os ascendentes, descendentes em qualquer grau e os parentes colaterais em segundo grau, são reciprocamente obrigados à prestação alimentar, quando necessário, podendo ser sujeitos ativos ou passivos em uma ação alimentar. Entretanto, a preferência legislativa ocorre sobre os graus mais próximos, porém a obrigação pode recair nas relações mais distantes, ocorrendo inclusive entre os irmãos socioafetivos (GRISARD FILHO, 2010, p. 161).

[...] à possibilidade de irmãos socioafetivos pleitearem alimentos um dos outros, desde que preenchidos os requisitos da necessidade do credor e da possibilidade do devedor, previstos no art. 1.694 do Código Civil. Consoante o art. 1.697 da própria codificação privada, ‘na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais’ (TARTUCE, 2022, n.p.).

Importante destacar que a obrigação alimentar originada a partir do vínculo de parentesco socioafetivo já vem sendo aceita, de acordo com o enunciado número 341, do Conselho de Justiça Federal (CJF), o qual reconhece que “para os fins do art.

1.696, a relação socioafetiva pode ser elemento gerador de obrigação alimentar” (CASSETARI, 2015, p. 117).

Portanto, ante a fundamentação supracitada, é evidente que a reciprocidade alimentar se estende aos irmãos socioafetivos, uma vez que “os parentes colaterais até o segundo grau estão incluídos na obrigação de prestar alimentos a seus parentes, quando não houver descendentes ou ascendentes que possam suportar o encargo (art. 1.697)” (LÔBO, 2023, p. 100).

Um importante reflexo do reconhecimento da ligação socioafetiva entre os filhos da conformação recomposta está nos impedimentos matrimoniais, os quais estão inseridos no rol do artigo 1.521, do Código Civil, mais especificamente nos incisos I e IV, sendo proibições absolutas impostas pela lei, independente da natureza consanguínea ou civil, pois as relações entre tais parentes dão origem ao incesto. Assim, além dos demais parentes colaterais, o impedimento impera aos irmãos bilaterais (filhos do mesmo pai e mesma mãe) e aos unilaterais ligados à relação familiar por apenas um dos pais (RIZZARDO, 2018, p. 33).

Art. 1.521. Não podem casar:

I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; [...]

IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; (BRASIL, 2002).

Portanto, desde que haja afeto e os integrantes da relação familiar se considerem irmãos socioafetivos, estes estão impedidos de casar, pois passam a estar unidos pelos laços parentais, estabelecendo teoricamente relação de parentalidade com os outros membros da família, a qual se iguala e trará as mesmas consequências do parentesco biológico (CASSETTARI, 2015, p. 114).

Ademais, é de extrema importância destacar que os Tribunais estão pacificando o entendimento de que as relações socioafetivas não são somente provindas de vínculos materno ou paterno-filial, mas são extensivas aos irmãos, sendo denominada como fraternidade ou irmandade socioafetiva.

Como exemplo, cita - se o julgado do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL (art. 105, inc. III, "a", da CRFB/88) - DIREITO PROCESSUAL CIVIL (CPC/73) E DE FAMÍLIA - **AÇÃO DECLARATÓRIA DE PARENTESCO COLATERAL EM SEGUNDO GRAU SOCIOAFETIVO**

(fraternidade socioafetiva) POST MORTEM - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, POR DECLARAREM A IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, A OBSTAR A ANÁLISE DE MÉRITO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS AUTORES (pretensos irmãos socioafetivos da de cujus). CONDIÇÕES DA AÇÃO - TEORIA DA ASSERTÇÃO - PEDIDO ABSTRATAMENTE COMPATÍVEL COM O ORDENAMENTO PÁTRIO - POSSIBILIDADE JURÍDICA VERIFICADA EM TESE - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

[...]

2. **A atual concepção de família implica um conceito amplo, no qual a afetividade é reconhecidamente fonte de parentesco e sua configuração, a considerar o caráter essencialmente fático, não se restringe ao parentesco em linha reta. É possível, assim, compreender-se que a socioafetividade constitui-se tanto na relação de parentalidade/filiação quanto no âmbito das relações mantidas entre irmãos, associada a outros critérios de determinação de parentesco (de cunho biológico ou presuntivo) ou mesmo de forma individual/autônoma.**

3. **Inexiste qualquer vedação legal ao reconhecimento da fraternidade/irmandade socioafetiva, ainda que post mortem, pois o pedido veiculado na inicial, declaração da existência de relação de parentesco de segundo grau na linha colateral, é admissível no ordenamento jurídico pátrio, merecendo a apreciação do Poder Judiciário.**

[...]. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal (4ª Turma), sem grifos no original.)

Desse modo, impende anotar diante de todo exposto, que as relações socioafetivas estão transformando o Direito e as relações de parentesco, fazendo com que novos vínculos sejam reconhecidos, como é o caso dos irmãos socioafetivos que se estabelecem nas famílias mosaico ou qualquer outro arranjo familiar, sendo necessário que a legislação se molde aos novos casos que surgem na sociedade, a fim de regulamentar e dirimir proteção jurídica.

Em outras palavras, o reconhecimento das relações existentes entre os filhos da família recomposta, podem ser consideradas relações fraternas que podem, sim, ter reflexos no Direito e, portanto, merecem uma atenção especial do julgador e do legislador por serem relações nascidas da socioafetividade com valor jurídico reconhecido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família faz parte da construção histórica da sociedade, a qual passou por diversos níveis de transformações, deixando de ser reconhecida apenas pelo matrimônio, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que

trouxe consigo a possibilidade da configuração de outros arranjos familiares, venerando o afeto.

Foi possível verificar que com a aceitação do divórcio, alguns núcleos familiares são extintos e voltam a se reconstituir, assim, a família mosaico tem aumentado gradativamente e, apesar de contemplar integrantes de relações pretéritas, tem uma identidade própria perante a sociedade.

Evidencia-se também, que a família se abriu para ligações de afeto e amor, valorizando, sobretudo o princípio da dignidade da pessoa humana, objetivando a realização pessoal de cada ser, independente do vínculo biológico. Da mesma forma, trouxe consigo o estabelecimento de novos elos por meio da socioafetividade, que chamam a atenção dos juristas.

Sobre esse quesito, destaca-se que a socioafetividade é construída através das relações de convivência, cuidado e amor. Assim, nas famílias mosaico facilmente podem se identificar vínculos afetivos entre padrastos, madrastas e até mesmo entre os filhos não comuns que podem vir a construir uma relação de afeto com o decorrer do tempo, principalmente aqueles criados desde a tenra idade, assunto novo para o Direito de Família.

Extraí-se do presente trabalho que o ordenamento jurídico brasileiro ainda não regulamentou as questões advindas desse novo núcleo familiar, porém, considerando a lógica da posse de Estado e a externalização ao meio social, aqueles que se tratam como se irmãos fossem, de fato o são.

Dessa forma, é plenamente possível o reconhecimento do parentesco socioafetivo entre eles, devendo ser aplicados os dispositivos presentes na lei como se estivesse tratando de uma relação biológica, podendo estes pleitearem alimentos uns dos outros quando necessário, figurar como legítimos no direito sucessório, estando, também impedidos de se casarem por força dos artigos dispostos na lei civil.

Por fim, infere-se que já há decisões dos Tribunais que vêm pacificando o reconhecimento das relações socioafetivas entre irmãos. Assim, cabe ao sistema jurídico ampliar a lei e propiciar a inclusão desse parentesco socioafetivo nas normas jurídicas, uma vez que a cada dia se torna uma situação mais recorrente, ou seja, o ordenamento jurídico deve acompanhar as constantes mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (4ª Turma). Recurso Especial Resp. 1674372 / SP. Relator: Ministro Marco Buzzi. Data do julgamento: 04 out. 2022. **DJe**, 24 nov. 2022. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 622**: Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica. Brasília, 2016. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4803092&numeroProcesso=898060&classeProcesso=RE&numeroTema=622>. Acesso em: 10 jul. 2023

CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da afetividade no direito de família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. E-book.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**. 8.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/37741387/CHRISTIANO_CASSETTARI_MULTIPARENTALIDADE_E_PARENTALIDADE_SOCIOAFETIVA. Acesso em: 04 jul. 2023.

COSTA, Gabriela Fragoso Calasso. **Famílias-mosaico e seus efeitos jurídicos**. 2017. 252 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-18122020-135107/publico/8872467_Dissertacao_Original.pdf. Acesso em 01 jun. 2023.

FACHIN, Luiz Edson. Vínculo parental parabiológico e irmandade socioafetiva. **Revista dos Tribunais Online**, v. 2, p. 159-182, jan. 2012.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (BRASIL). **IV Jornada de Direito Civil**: Enunciado 341: Para os fins do art. 1.696, a relação socioafetiva pode ser elemento gerador de obrigação alimentar. Brasília, DFCJF, 2007. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/383>. Acesso em: 04 jul. 2023.

FERREIRA, Alexandre Etchechurry. **Casei de novo e agora?** Os meus, os dela e os nossos. Edição Kindle, 2014. Disponível em: https://ler.amazon.com.br/?asin=B00QTSG3TY&ref_=kwl_kr_iv_rec_5. Acesso em: 31 maio 2023.

GAGLIANO, Pablo S.; Pamplona FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, volume 6:** direito de família. 12.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book.

GRISARD FILHO, Waldyr. **Famílias reconstituídas:** novas uniões depois da separação. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 6:** direito de família. 20.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Estatísticas do registro civil:** em meio à pandemia número de divórcios cai 13,6% em 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32996-em-meio-a-pandemia-numero-de-divorcios-cai-13-6-em-2020>. Acesso em: 31 maio 2023.

KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular.** 2013. Disponível em: <https://www.fronteras.com/leia/exibir/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>. Acesso em 06 jun. 2023.

LÔBO, Paulo. **Direito civil, volume 5:** famílias. 13.ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book.

MADALENO, Rolf. **Manual de direito de família.** 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book.

MALUF, Carlos Alberto D.; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de direito da família.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book.

PAULO, Beatrice Marinho. Em busca do conceito de família: desafio da contemporaneidade. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, Porto Alegre, v. 12, p. 31-63, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/358340741/Em-Busca-Do-Conceito-de-Familia-Desafio-Da-Contemporaneidade#>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil, volume 5:** direito de família. 29.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-Book

PEREIRA, Rodrigo da C. **Direito das famílias.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família.** 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book.

ROSA, Conrado Paulino da. **iFamily:** um novo conceito de família? São Paulo: Saraiva Jur, 2013. E-book.

TARTUCE, Flávio. Vínculo socioafetivo entre irmãos. **Revista brasileira de Direito de Família**, 2022. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1897/V%C3%ADnculo+socioafetivo+entre+irm%C3%A3os++>. Acesso em: 04 jul. 2023.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil, volume 5:** família e sucessões. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book.

WALD, Arnoldo; FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. **Direito civil, volume 5:** direito de família. 19.ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2015. E-book.

XAVIER, Lucas Bittencourt. A família brasileira em face da história e do direito. **Revista Científica UNIFAGOC-Jurídica**, v. 1, n. 1, p. 39-52, 2016. Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/juridico/article/view/55/137>. Acesso em 08 mai. 2023.